

Artigo

A produção social do ócio disruptivo/ criativo: uma introdução marxista às teses de John Holloway

*José Manuel de Sacadura Rocha**

Resumo

O trabalho econômico material, vital para a sobrevivência coletiva, representa sempre um momento no desenvolvimento das forças produtivas, dos meios de produção e do conhecimento geral da sociedade construído geração após geração. Este artigo trata da transformação do trabalho em ócio disruptivo/ criativo diante da alteração na composição orgânica do capital em desfavor do emprego, mas em favor do tempo de trabalho social disponível, conforme Marx. Em face deste tempo disponível, o artigo propõe o pensamento de John Holloway para “fissurar/rachar” o capitalismo, pelo poder-fazer cotidianos. Avalia, a partir dos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o emprego, o desemprego e a subutilização mundial da mão de obra, que as teses do tempo de trabalho social disponível podem potencializar ações disruptivas/ criativas como opostas à negação e alienação impostas pelo capitalismo. Propõe, por último, a negação do trabalho abstrato, a possibilidade de humanização crítica para os futuros trabalhadores(as), seu poder-fazer criativo, em conformidade com a visada de Marx sobre a possibilidade de desalienação do homem a partir da introdução do capital fixo na indústria.

Palavras-chave: Sociologia. Trabalho. Marxismo. Ócio Criativo. John Holloway.

The social production of disruptive/creative leisure: a Marxist introduction to John Holloway's theses

Abstract

Material economic labor, vital for collective survival, always represents a moment in the development of the productive forces, the means of production and the general knowledge of society built generation after generation. This article deals with the transformation of work into disruptive/ creative leisure in the face of the change in the organic composition of capital to the detriment of employment, but in favor of the available social labor time, according to Marx. In view of this available time, this article proposes John Holloway's thought to "crack" capitalism, through the power-making of everyday lives. It evaluates, based on data from the International Labor Organization (ILO) for employment, unemployment and the global underutilization of labor, that the theses of available social labor time can potentiate disruptive/creative actions as opposed to the denial and alienation imposed by capitalism. Finally, it proposes the denial of abstract labor, the possibility of critical humanization for future workers, their creative power-to-do, in accordance with Marx's vision of the possibility of de-alienation of man from the introduction of fixed capital in industry.

Keywords: Sociology. Work. Marxism. Creative Leisure. John Holloway.

** Pós-doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo. E-mail: prof.sacadura@gmail.com*

O homem se separou primeiro da natureza por necessidade; depois por obrigação. Por necessidade associou-se, por necessidade criou a divisão do trabalho e criou o intercâmbio e a noção de valor mercantil. Na modernidade a riqueza é medida pelo dinheiro, logo, precisa-se acumular dinheiro infinitamente, e isto se faz trocando mercadorias, até o ponto em que o dinheiro se transforma, ele mesmo, de meio universal de troca, em mercadoria (uma forma dinheiro, e não dinheiro apenas). O capital pode existir em forma de bens (terra incluída), produtos, papéis financeiros e outros ativos (ouro), até dinheiro: mas para existir capital, propriamente dito, tem que existir ligação com o processo de produção. Anteriormente ao modo de produção capitalista o dinheiro era apenas um meio de intercâmbio para as trocas de produtos; mas no modo de produção capitalista o dinheiro é o equivalente geral das trocas e, mais que isso, transforma-se em capital na medida em que é utilizado produtivamente, na medida em que entra no processo de produção de mercadorias - nele a força de trabalho cria o valor.

De certa forma, podemos dizer que a predominância do dinheiro a partir da revolução burguesa do século XIX, quando esta se torna a classe hegemônica, fecha um ciclo de revoluções culturais e de mentalidade estabelecidas em séculos anteriores, ao fazer com que a terra e as propriedades fundiárias deixassem de ser a medida do poder da aristocracia, para ceder o poder à classe burguesa – após a consolidação da Revolução Francesa de 1789 a 1799. Isto quer dizer que a burguesia tem seu próprio modo de demonstrar poder: o dinheiro que se converte em capital na produção social imediata. Forçosamente, tais transformações nos investimentos empresariais, nos meios de pagamento e na acumulação só podiam surgir no bojo do processo de Revolução Industrial a partir de 1798, técnica e cientificamente.

O trabalho não é uma dádiva da natureza, de Deus ou uma oportunidade concedida por proprietários. O trabalho é uma necessidade, condição humana para a sobrevivência: enquanto o homem não produzir riqueza material vital e necessária para distribuir igual e dignamente a todos,

o trabalho será compulsório: “[...] (quando) crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês” (MARX, 1984b, p. 214-215). Ainda não chegou esse dia, ainda não totalmente, mas existe hoje, e cada vez mais, mais riqueza do que as elites proprietárias do mundo afirmam existir, mais do que podem sozinhas gastar - isto devido à produtividade da alta tecnologia e ciência para a produção de mercadorias à venda no mercado global. Em compensação, milhões de pessoas passam fome e estão nos limites da sobrevivência, vivendo na extrema miséria. E como o sistema produtivo e distributivo é anárquico e predatório, junto com a miséria mais radical, destrói-se a natureza porque ao mercado só interessa o consumo infinito: daí, na prática, enquanto uns, a maioria, pensam em ter coisas inúteis, outros, uma minoria, podem acumular riqueza - estas experiências não são, obviamente, excludentes.

É um fato que as tecnologias e a contribuição da ciência aplicada ao grande capital manufatureiro, se, por um lado, incrementam a produtividade e a disponibilidade de bens e víveres, e atendem à expectativa de vida de alguns, por outro lado, aumentam de forma estrutural o desemprego e o subemprego, provocando a diminuição, portanto, da massa de salários, sua depreciação e, conseqüentemente, do próprio consumo das massas trabalhadoras populares. Conforme Jappe (2019, p. 28): “Outrora, isso podia ser “a vontade de Deus”; hoje, são as “leis econômicas”, as “exigências de rentabilidade”, os “imperativos tecnológicos” ou a “necessidade de crescimento””, que organizam consciente e inconscientemente a expectativa de realização humana. A aliança necessária à reprodução do volume total de capital, entre o grande capital e o desenvolvimento expressivo da pesquisa e tecnologia (capital fixo), também essa aliança do capital público com o capital privado, levam ao crescimento dos monopólios e à concentração da riqueza social geral nas classes capitalistas, por um lado, e à fome, à doença, à favelização e finalmente à morte das massas trabalhadoras assalariadas pauperizadas, por outro.

Com os monopólios advém a dissolução global de centenas de milhares de empreendimentos: isto acontece pela desenfreada concorrência entre capitalistas pelo domínio do mercado, e também pela contradição entre produtividade tecnológica e escassez de renda e consumo geral motivados pelo desemprego e desocupação precarizada. De todas as formas os capitais tentam compensar a queda na obtenção da mais-valia, e a diminuição tendencial da taxa de lucro, mais ou menos proporcional do investimento em capital constante, principalmente capital fixo, em detrimento da contratação de força de trabalho ou capital variável ($c+v$)-¹.

O argumento da economia política crítica exposto neste trabalho destaca que, de forma geral, as leis de livre mercado para o ciclo produção-consumo mercantil, leva, inexoravelmente, ao desemprego e à subutilização da mão de obra crescentes. E então, se daí resulta uma exigência de maior intensidade e exploração do capital sobre os trabalhadores, resulta, no lado oposto, maior tempo de trabalho social disponível.

Nesta medida que podemos entender melhor como, e por quê, se dão concretamente as atividades “fora” do mundo do trabalho - como negação do fazer sob a égide da gestão do capital -, e, indo além, como afirmação de uma série de fazeres que provocam fissuras/rachaduras que em seu conjunto, mundo a fora, revolucionam o capitalismo tanto no plano econômico como cultural.

*

As categorias de John Holloway são marxianas; como Poder-fazer e Poder-sobre, desenvolvidas em *Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder* (2002, Londres; 2003, Brasil); Trabalho abstrato, principalmente no livro *Crack Capitalism* (*Agrietar el Capitalismo [Fissurar o Capitalismo]*), 2011; Autonomismo (*Autonomismo Positivo y Negativo*, 2007). Fora a categoria de “negação”, retirada da leitura de Adorno (*Dialética Negativa*, 2009), as demais são inspiradas e conversam com Marx.

Os conceitos de poder-fazer e poder-sobre andam juntos: o sistema capitalista é um sistema de gestão econômico para uma determinação histórica que organiza a produção de bens e víveres necessários à sobrevivência humana com base na separação entre trabalho e capital. Tal separação tende a reduzir a política e o direito à necessária consubstanciação contratual e de direitos que garantem a propriedade dos meios e das formas de produção para o capitalista, e distribui a riqueza gerada pelo trabalho por essa mesma propriedade. Como os trabalhadores têm apenas a propriedade da sua força de trabalho, ela é a única mercadoria que pode ser vendida por eles ao capital – neste caso, a força de trabalho, e o conhecimento técnico do trabalhador, inerente à produção de mercadorias, se separa e se transfere do trabalhador para o capitalista: então, diz Holloway, o poder-fazer se aliena dos fazedores/ trabalhadores.

O destino do trabalhador é se alienar constantemente, mais quanto mais ele produz para aumentar o capital (Marx): essa apropriação do fazer (meios e formas) dos trabalhadores se transfere como capital para a classe proprietária – isso implica o planejamento e o comando de uma agenda regulada pelos agentes burgueses conforme as necessidades da reprodução infinita do capital; essa gerência, esse poder de comando, Holloway denomina de poder-sobre (poder sobre o poder-fazer dos fazedores).

Assim, o trabalho abstrato refere-se à forma especificamente capitalista pela qual o valor das mercadorias é medido pelo tempo médio de sua produção, genericamente tomado e abstraído de qualquer substância, qualidade, conhecimento e condições técnicas, apenas como “valores de troca”, o que permitiu a reprodução de capital com base em contratação igualmente genérica, e por tempo determinado, da força de trabalho assalariada dos trabalhadores. Estes não têm nenhuma propriedade ou posse concreta sobre o seu fazer e muitas vezes nem a consciência da utilidade de seu trabalho (do seu fazer). Trabalho concreto, ao contrário, refere-se à forma da produção de “valores de uso” ou utilidades socialmente reconhecidas para a sobrevivência

coletiva que, quando entram no circuito de trocas (não mercantis), o fazem unicamente por sua essência e substância, enquanto bens a suprirem as necessidades sociais coletivas.

É, neste sentido, que o autonomismo se apresenta como oposto às linhas de comando e gestão do “fazer” impostas sob dominação do capital e seus prepostos, não apenas porque advoga, em John Holloway, a forma comunitária coletivizada do uso dos meios de trabalho e das suas formas de conhecimento, como, intrinsecamente, restitui aos fazedores o planejamento e a execução dos fazeres, de todos os fazeres inerentes à existência humana, que, por esta forma, se “afasta da alienação” da forma capitalista. Partindo do princípio que o Estado é necessário apenas enquanto necessidade de substanciar a dominação do trabalho abstrato, por seu turno, a preencher na sociedade civil a lacuna de direitos (formais), vê-se nele a coesão daquilo que está desigualmente dividido e distribuído; desta forma, o separatismo, e a autogestão, é considerado a negação do Estado porque mantêm-se o poder para os fazedores associados na propriedade comunitária. Contudo, o autonomismo e o separatismo não são uma antipolítica, mas uma forma política antiestatal.

1. Tempo de trabalho disponível

O mundo do trabalho transformou-se tão radicalmente nos últimos cinquenta anos, que é necessário pensarmos mais no tempo disponível e ociosidade criativa, do que projetarmos nosso fazer para um futuro de trabalho, salário e renda. O tempo disponível é uma derivação inexorável do desenvolvimento da indústria nos termos do modo de produção capitalista. A ociosidade criativa carece, contudo, de um fazer diferente, de um poder-querer-fazer que provoque rachaduras radicais na base de produção capitalista. Neste sentido, as dificuldades enormes da teoria e das práticas a provocar mudanças sistêmicas na reprodução do capital, não se confundem com as posições do neoliberalismo dominante e o reformismo tanto à direita como à esquerda².

John Holloway fala dessas dificuldades nos seguintes termos:

O valor cria um campo poderoso e complexo de tensão ao redor de todos nossos intentos de ruptura com o capitalismo, em que é difícil traçar claras líneas entre o *revolucionário* e o *reformista*. Mais além do estado, mais além de nossas contradições pessoais, o valor, o poder de mercado, da mercadoria barata, do dinheiro, é o que ameaça todo o tempo esmagar nossas rachaduras. (HOLLOWAY, 2011, p. 80. Trad. nossa).

Preponderantemente, o futuro não nos quer obrigados a trabalhar compulsoriamente para reproduzir unilateralmente a economia monetarista dos Estados e do mundo³. A “onda” que atravessamos é do tipo “Cansei, me demito” (Revistas USP, Organicom, 2022); o movimento antitrabalho capitaneado nada mais do que pelo país símbolo do neoliberalismo e do capitalismo, os EUA, e não só, demonstra inequivocamente que as pessoas não estão mais dispostas a qualquer trabalho e muito menos em quaisquer condições que lhes solapem da existência a própria vida, quer dizer, uma existência sem realizações de suas próprias potencialidades humanas. Uma vida melhor só pode acontecer, de verdade, fora das sociedades organizadas nos moldes caóticos do livre mercado, concorrência desumana a que os indivíduos são submetidos desde tenra idade. Infelizmente, esta realidade não parece vir a mudar tão depressa, portanto, os males do trabalho sob o comando do poder do dinheiro, permanecerão enquanto não houver uma “emancipação” das formas de trabalho social.

Entretanto, ao mesmo tempo, mundo afora, se espalha a tendência para as práticas não conformes e a organização de grupos disruptivos que engendram formas de trabalho e organização social a provocar profundas rachaduras na organização sistêmica das sociedades de mercado. O cooperativismo, a associação dos grupos marginalizados, as zonas autônomas transitórias ou permanentes, os movimentos dos sem-terra e sem moradia, as lutas ecológicas, e as contra o aquecimento global, as ocupações e retomadas das fábricas pelos próprios trabalhadores, as greves de trabalhadores por direitos e dos estudantes por melhores condições de ensino, os movimentos por identidade e reconhecimento, raciais, de gênero e LGBTQIA+, as hortas

familiares nas grandes cidades, os grupos artísticos coletivistas, as artes e as associações autônomas das periferias das grandes cidades, e as decisões de mulheres e homens assalariados do capital em trocar suas jornadas de trabalho por mais tempo com a família, ou a opção por pequenas atividades em casa, ou por mais lazer, são alguns dos exemplos que se podem observar amiúde nas cidades e no campo nas sociedades de mercado e de estatismo global. O movimento antitrabalho, portanto, não é um fenômeno isolado e extemporâneo do capital.

Deveríamos agora estar a nos preocupar sobre quais condições o trabalho econômico atingirá as futuras gerações. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) projeta para 2024, 273,2 milhões de jovens de 15 a 24 anos desocupados (21,8%) - estes são os jovens que estão fora do sistema educacional, sem treinamento e sem emprego. Os mais recentes dados publicados pela OIT, dá conta que em 2023 tivemos 182,8 milhões de desempregados no mundo; para o ano de 2022, a OIT estimou que o número total de desempregados, parcialmente empregados e subutilizados foi de 523,1 milhões de indivíduos. A OIT projeta para 2024 um total de 182,2 milhões de pessoas desempregadas no mundo. Isto representa 4,92% da população mundial economicamente ativa ou da força de trabalho global.

Fig. 1 – Desemprego (milhões de pessoas em idade ativa (>15))

This dataset includes both real and imputed data from 1991-2021, as well as projections from 2022-23. Estimates may differ from official national sources.
Source: International Labour Organization, ILO modelled estimates (ilo.org/wesodata)

Organização Internacional do Trabalho (agosto de 2024)
https://www.ilo.org/wesodata/chart/pOqjzB_VE

Estes números (Fig. 1) falam por si só, mas continuamos a não querer ver a importância de discutir abertamente para onde o mundo do trabalho está nos levando, perpetuando - mantidas as atuais circunstâncias e as políticas públicas dos governos neoliberais - a subutilização da força de trabalho, limitando a produção de riqueza material e imaterial.

Por outro lado, repartimos mal as oportunidades do labor em favor das concentrações de trabalho, e capital, nos países mais desenvolvidos para os quais trabalham e produzem os trabalhadores(as) das demais nações no mundo. O G7 (o grupo dos 7 países mais produtivos) representa 10% da população mundial e 45% da renda nacional bruta do mundo (Membros do G7 – Números, Dados, Fatos (deutschland.de)).

Contudo, o corpus deste estudo não nos move na direção de exigirmos mais trabalho (econômico, material, imediato, lucrativo), mas instigar a pensar se afinal grande parte, pelo menos, dos nossos males na pós-Modernidade não advém exatamente deste tipo de atividades dominadas e incentivadas pela economia do trabalho mercantil desde 1500?! Para alguns, isto soa tão estranho que jamais se chega ao cerne da questão: a verdadeira questão é, afinal, como seria possível viver plenamente, e como o farão as

próximas gerações diante da liberação do trabalho assalariado proporcionado em massa pelos investimentos da grande tecnologia no mundo do trabalho, da fábrica aos serviços de aplicativos (na fabricação, na educação, na gestão)? A questão não é criar infinitamente uma “sociedade de trabalhadores”, nas palavras de Jappe (2013), mas, como aproveitar de forma eficiente e duradoura, finalmente, a possibilidade de nos dedicarmos ao “trabalho do espírito”, prazeroso e criativo, e sobrevivermos nele? Assim, as estatísticas apresentadas, ainda que sejam a comprovação da tendência sempre contínua e geral do desemprego, e a denúncia de muito sofrimento da classe trabalhadora às suas custas, não ensejam desenvolver qualquer tentativa de incentivo a uma economia de “pleno emprego”, liberal ou keynesiana e, deveras, bastante desumana e desumanizante⁴.

O trabalho é constitutivo do mundo capitalista: o desemprego idem! A precarização, a subutilização do potencial ocioso do trabalho, são todos constitutivos da possibilidade de existência do capitalismo e de sua regulação (econômica, política, jurídica e cultural). O tempo de trabalho disponível, que nos falava Marx (1844: Manuscritos; 1848: Manifesto; 1857-58: Grundrisse; 1867: O Capital; 1875: Crítica do Programa de Gotha), ao contrário, é um sintoma claro que o desenvolvimento tecnológico e científico dispõe, a contragosto, para o homem o tempo para sua realização, fora das determinações do poder, da ganância e da indústria.

Assim, temos, como exemplo, a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (O Capital, v. 3, cap. 13), não tanto porque nos interessa provar a “queda do lucro”, mas porque ela é acompanhada, em sua essência, pela mudança na “composição orgânica do capital” (c/v)⁵ na grande indústria, isto é, pela substituição da mão de obra por tecnologias (químicas, físicas e robóticas) capazes de fazer mais e melhor, mas, e este é o ponto que nos interessa especialmente, à custa da “economia” da força de trabalho, portanto, com incremento sempre constante de tempo de trabalho social disponível. E, neste sentido, o que é determinante para o mundo do trabalho não é se os

lucros dos patrões vão diminuir, mas se eles estão ou não “obrigados” a dispor de tecnologias produtivas que esgotam extensivamente o reaproveitamento do tempo excedente de trabalho na reprodução do capital.

Assim, a tese, de Michael Heinrich (2013), sobre “se o capitalista está ou não obrigado a inverter parte do lucro (mais-valia) em novas tecnologias produtivas”, parece esquecer a “lei da concorrência”. E, ao mesmo tempo, não será a financeirização contemporânea para o sistema de reprodução do capital, uma forma, não de desincentivo à mecanização, automatização e informatização da produção e das atividades de serviços, mas na ânsia de maximização de lucros, juros e dividendos, exatamente a exigência de maior “troca de trabalho vivo” por “trabalho morto” na produção e circulação das mercadorias? As pressões dos rentistas e do sistema financeiro não será pela manutenção dos trabalhadores assalariados, mas, antes de tudo, pela sua demissão!⁶

2. Trabalho e humanização

Desde muito antes de justificarmos o trabalho como produtor de riqueza, o trabalho econômico material, mais imediato, para a sobrevivência, foi tido como “desprestigioso” pela nobreza (atividades de escravos na Grécia Clássica e Helênica, entre os Romanos, onde se enquadravam os plebeus, ou na Idade Média, os servos da gleba). Só muito recentemente na história do Ocidente, o trabalho passou a ser definidor do caráter do indivíduo, do homem de família, do homem de bem, ou, ao contrário, como forma de corrigir atos ilícitos ou parte da pedagogia para corrigir o caráter (trabalho forçado), como ainda em nossos dias, evitar a mendicância e a vagabundagem (não por acaso, nos umbrais dos portões dos campos nazistas, estava forjado "Arbeit macht frei" ou “O Trabalho Liberta”). O valor “distorcido” que acoplamos ao trabalho foi modificado de tal forma a partir do mercantilismo, do Cristianismo reformado e do liberalismo, que para ele se deixou de lado, em nossas mentes,

qualquer concepção de “(re)criação”, para remeter sempre a um valor moral, contudo, apenas subsumido do ponto de vista econômico, para a produção de capital.

A potência de fazer é sempre uma possibilidade a ser realizada por conta de um fluxo social permanente de criar. O trabalho é possível por conta de um conjunto de conhecimentos, social e coletivamente passados, querendo “construir” um futuro. Historicamente, o fazer é determinado por um saber-fazer instrumentalizado pelas técnicas e tecnologias nele empregadas, e um poder-fazer, dentro de um fluxo social de saberes e fazeres. Nas sociedades de castas ou classes, o poder-fazer é sempre autorizado dentro do campo de poder ou domínio de alguém ou de alguns poucos, que se entende como um poder-sobre (HOLLOWAY, 2003).

Com liberdade, o homem se distingue dos outros animais não pela capacidade de trabalhar, nem mesmo pela beleza de seu trabalho, mas, fundamentalmente, porque antes de realizar, o homem concebe o seu fazer (por algo de seu saber) em sua mente⁷ – ele “vê” o que cria e como, antes de executar. O trabalho não pode ser propriedade de alguém ou de algum grupo, quer dizer, a concepção não pode ser separada da execução, pois é isto a essência humana. De forma contrária, a ruptura da idealização com a realização, e a transformação dos instrumentos de trabalho do trabalhador em propriedade de outro, corresponde de fato à fase mais desumanizante e alienada na historicidade dos modos de produção, isto é, o capitalismo. Não se pode comprar em absoluto a concepção, mas o mesmo não acontece com a realização ou execução. Se o trabalho sob a “propriedade” e “comando” de outro, ou outros, aliena e desumaniza, o fim desse trabalho desaliena e humaniza.

Todavia, não se pode concluir daqui que seja desejável o desemprego, que não exista preocupação com a precarização dos trabalhadores, coisas desse tipo. Mas existe aqui algo precioso a ser considerado: por muito tempo a ortodoxia no pensamento do materialismo histórico tem tentado convencer-nos do imperioso de uma luta pelo poder, uma linha de pensamento que

depende da “tomada do poder” para subverter a condição formal da propriedade (dos meios de produção, das coisas feitas). Esta abordagem tem canalizado nossos esforços, portanto, para um lado da questão, aquele que enfatiza que a “propriedade” no modo de produção capitalista aliena e desumaniza, e sobre isto nada há a obstar⁸.

Mas esta forma de “emancipar” os trabalhadores de sua alienação e desumanização fabril não é suficiente nem apropriada. A luta armada sempre reproduz as mesmas forças de que se sustenta o Estado capitalista; a violência é apanágio da constituição e reprodução do capital e do Estado justicialista burguês, portanto, a resposta à sua violência deve ser melhor empreendida como a dignidade para a mudança de organização social em que o fazer não reproduza as relações sociais capitalistas. Isto, contudo, não é uma defesa pacifista!

O “fim de comando”, ou melhor, a autonomia de poder-fazer, passa, igualmente, pelo fato óbvio que fora do trabalho (sempre no sentido dos termos econômicos do capital), não há como “autorizar” e “submeter” nada nem ninguém a um poder de ruptura exterior à concepção/ execução dos que fazem. Esse fora do trabalho é o ambiente mais propício a provocar rachaduras além da coesão social, da coesão e coerência social capitalista, das leis e das práticas que as sustenta. Se no sistema capitalista é a propriedade burguesa que assume historicamente o protagonismo da subsunção (formal e real) do trabalho ao capital, por outro lado, não é menos verídico que mesmo na extinção da propriedade dos meios de trabalho, como nos modelos do “socialismo real” experimentados, o “comando autocrático”, a hierarquia e a fragmentação desse trabalho ainda permanecem de fato sobre os fazedores como trabalho abstrato⁹ (e, neste caso, ainda sob a ordem política partidária estatal).

Desta forma, deve-se dar tanta atenção à propriedade da dimensão material da produção, como à propriedade da sua dimensão imaterial. Nossa compreensão é que se deve dar atenção à propriedade da parte cognitiva de fazer, para que no seio do trabalho outras condições nas formas do fluxo social

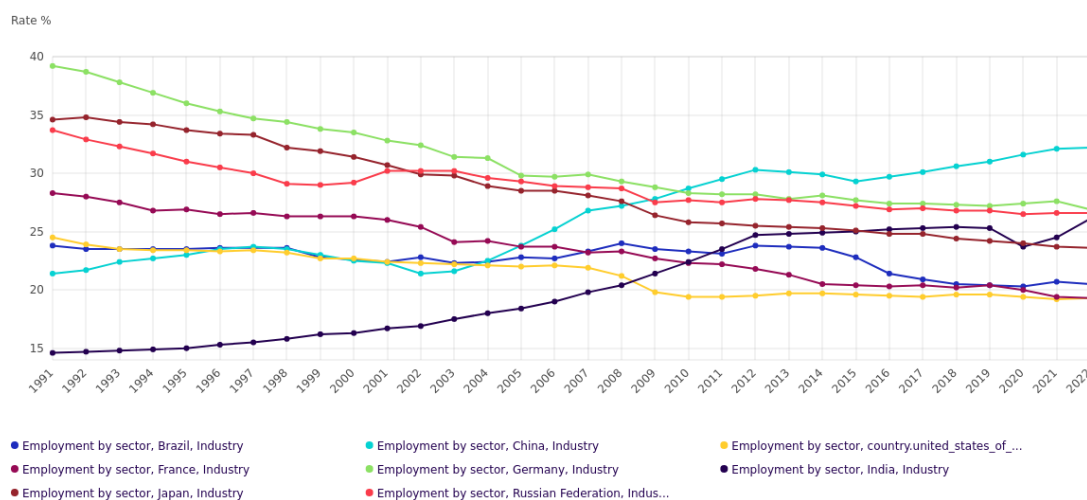
de realização, não se imponham como formas de poder e comando sobre a idealização/concepção. A submissão do trabalho à necessidade material imediata de sobrevivência da humanidade não pode prescindir de autonomia para todos os níveis humanos em que se dá a solução, pelo trabalho, de nossa carência natural e coletiva.

É verdade que o desemprego é estrutural; a precarização (que diz respeito às condições de trabalho e empregabilidade, direitos etc.) e a subutilização da força de trabalho (aquém de seu potencial), são consequências diretas do processo de desenvolvimento do capital: logo, não é de “marcha-a-ré” que se pode resolvê-los. Não basta categorizar os trabalhadores precarizados de serviços, por exemplo, os “entregadores de aplicativos”, como uma “nova classe” (STANDING, 2014) ou mesmo jogá-los a esmo para dentro da compreensão da tradição trabalhista, no afã de reconstituir uma consciência, ou a querer dar uma “ressignificação” às lutas e movimentos populares. Tudo isso são pautas emergentes imediatas e imprescindíveis. Sempre foram e sempre serão. Mas estamos no crepúsculo das “sociedades de trabalhadores”; devemos pensar em termos de “sociedades do ócio criativo”. Por exemplo, o que fazer, e como pressionar os governos neoliberais a distribuir riqueza e fortalecer as políticas públicas, “por fora” e “além” das convenções do trabalho assalariado reprodutor de capital? Como, então, fortalecer o trabalho comunitário, a produção cooperada, disseminar a cultura, a educação e as artes entre os jovens que em futuro imediato terão que reinventar a forma coletiva de “bem-viver”, exercendo sua criatividade a favor da comunidade de humanos? Estas são as lutas maiores; não basta a luta por mais direitos no campo do capitalismo.

O tempo de ociosidade criativa deriva contemporaneamente não de uma proteção especial do poder, mas que se trata de uma consequência inevitável da produtividade quando se introduz tecnociências que substituem a mão de obra, e que, por mais que o capital queira reincorporá-la de volta à produção, para extração de mais-valia, a tecnificação do trabalho é tão intensa e extensiva aos setores da produção e circulação de mercadorias, que não só o

tempo de trabalho se torna excedente, como se torna imensamente disponível (MARX, 2011 (Grundrisse): “Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade”) – quanto mais intensa a produtividade da fábrica e do trabalhador nela, mais extensa a disponibilidade de tempo socialmente considerado.

Fig. 2 – Empregabilidade na indústria (% pessoas empregadas em relação à população economicamente ativa nos países)



This dataset includes both real and imputed data from 1991-2021, as well as projections from 2022-23. Estimates may differ from official national sources.
Source: International Labour Organization, ILO modelled estimates (ilo.org/wesodata)

Organização Internacional do Trabalho (agosto de 2024)
https://weso-data.ilo.org/chart/ey3_7jDC7

No gráfico da OIT (Fig. 2), apenas a China apresenta crescimento de empregos de forma consistente e contínua na indústria; mesmo a Índia, outro país ligado a forte desenvolvimento industrial na Ásia, sofreu alguma retração importante entre 2019 e 2020 devido à pandemia de Covid-19, o que não aconteceu com a China, que cresceu sempre: a OIT estimou a ocupação da mão de obra da indústria na China em 2023, em 31,8%; e estimou em 26,1% para 2022, contra 25% em 2023, na Índia (decréscimento). Fora isto, todos os demais países industrializados ou com uma indústria importante, mantiveram tendências decrescentes globais, com forte presença da Alemanha neste cenário, uma queda estimada pela OIT, em 33 anos, de 39,1%

em 1991, para 26,5% em 2023; para os EUA, para o mesmo período dos últimos 33 anos, a queda de empregabilidade industrial foi de 24,5% em 1991, para 19,3% em 2023.

Este processo desdobra-se não apenas quantitativa, mas qualitativamente, e esse tempo social disponível goza, então, entre as massas de fazedores de uma singularidade humana que “retorna” à “segunda humanização” (cf. JAPPE, 2009). Se a forma de produzir não está submetida à “partição” especializada da produção, e ao seu comando, se o “sujeito” deixa de permanecer separado do “objeto”, o “fazer” do “executar” (cf. HOLLOWAY, 2003), existe, então, a possibilidade de uma “desalienação” que pode ser aproveitada criticamente para negar o sistema mercantil de assalariamento e gestão do capital. E se as pessoas podem, então, se transformar em suas consciências e condutas, em um vetor dirigido pelo coletivo, este é o motivo pelo qual o tempo de trabalho disponível está mais bem aparelhado para que possa “contornar” a hegemonia cultural mercantil e a indústria. Neste sentido, John Holloway afirma que (2003, p. 95):

Se o fluxo social do fazer é o que entrelaça a vida das pessoas, se ele é a formação material de um “nós”, então a ruptura do fazer coletivo que o capitalismo envolve separa o entrelaçamento, separa seus elementos individuais. Se o fluxo do fazer envolve a comunidade, a comunidade sobre o tempo e o espaço, então o rompimento desse fluxo desmembra todas as possibilidades de comunidade.

Neste sentido, numa posição de “ociosidade criativa”, o humano está mais perto da crítica de seu presente histórico, um tempo em que suas manifestações podem ser melhores absorvidas pelas construções da “forma cultura”, principalmente as artísticas, pois tais atividades são “praticamente incontornáveis” do ponto de vista das derivações e conformações impostas pelo capital. Quer dizer que as imposições aos interesses da reprodução do capital não podem ser absolutas diante da liberdade criativo-crítica do homem, o que sucede quanto mais esse homem está “afastado” do fazer sob o comando da lógica produtiva do capitalismo, ou na lógica geral mercantilista, o que não significa que tal fenômeno seja único e o mesmo, em todos os lugares e ao

mesmo tempo. Afinal: “A consciência nunca pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo efetivo de vida.” (MARX, 1983, p. 192-193).

3. O ócio disruptivo/ criativo

O emprego cai mundialmente, o desemprego cresce entre a população economicamente ativa no mundo, principalmente entre os jovens; consequentemente, o tempo de trabalho social disponível só faz crescer a nível global, pelo menos nos últimos 40 anos; considerem-se as 20 principais economias globais (G20) e o resultado é o mesmo. Considere-se, por sua vez, o grupo dos 7 países de maior PIB (G7), industrialmente mais desenvolvidos, e ver-se-á que os mesmos resistem melhor à tendência de aumento de desemprego e subutilização da força de trabalho potencial. Num futuro próximo, provavelmente apenas as duas maiores potências do mundo (EUA e China) poderão ter condições para ofertar emprego a seus cidadãos – mas aí haverá de se ver se eles querem esses empregos, ou se essas nações continuarão a recrutar a mão de obra em países pobres, como aconteceu no caso dos trabalhadores contratados pelo Qatar para a construção dos empreendimentos da copa em 2022, onde morreram centenas de trabalhadores asiáticos e africanos por falta de condições e falta de respeito às legislações trabalhistas internacionais.

O mundo, ao que parece, empobrece drasticamente em torno de meia dúzia de conglomerados amplamente conhecidos do mundo; as dez maiores empresas do mundo são, em ordem: 1. Banco Industrial e Comercial da China - ICBC; 2. China Construction Bank; 3. Agricultural Bank of China; 4. Berkshire Hathaway (EUA; conglomerado multifacetado com 360.000 empregados no mundo); 5. JPMorgan Chase; 6. Bank of China; 7. Wells Fargo (EUA; conglomerado financeiro); 8. Apple (EUA, com 130.000 no mundo e com mais de 1 bilhão de clientes); 9. ExxonMobil (EUA); 10. Toyota Motor (Japão, com 286.000 empregados no mundo) (INTERNET, 2023: outubro).

Tendencialmente, os monopólios privados desaguardam inevitavelmente em monopólios públicos, e estes, em concorrência geopolítica desenfreada, em monopólios estatais nacionais. Entretanto, estes, por sua vez, mantendo-se as altas concentrações de renda, por um lado, de pesquisa e de ciência, por outro, serão “implodidos” pelas forças de reação nacionais e do restante do globo. Tal fato pode ser claramente comprovado na resistência consciente empenhada pelos grupos de “desocupados precarizados”, como, também, pelos conservacionistas ecológicos reunidos mundo afora – a consciência de destruição do meio-ambiente é, sintomaticamente, acompanhada na mesma proporção pelo desemprego famélico e representa a melhor luta para os povos e as comunidades que buscam sua emancipação. Mas, ao final, os monopólios são responsáveis pelo forte investimento e desenvolvimento de pesquisa e ciência. Os produtos destas tecnociências voltam em parte ao circuito de mercado, mas na produção imediata, e em proporções diferentes nas demais atividades, como capital fixo, os avanços significam aumento do tempo de trabalho disponível.

Por que, afinal, uma tendência ao ócio disruptivo/ criativo a partir deste cenário? Está claro que na esfera da cultura, como em nenhuma outra dimensão social, o tempo disponível de trabalho social encontra o espaço privilegiado para sua ocupação, aliás, como sempre foi. Mas nos períodos históricos anteriores quando as Artes se manifestavam, eram tidas não como atividades importantes ou produtivas: por muitos séculos após o período Helênico, elas estavam localizadas “fora do trabalho”, e, por isso mesmo, sempre sob os auspícios extemporâneos de nobres, do clero e de uns poucos mecenas.

O Renascimento começou a mudar isto. Mas só quando a industrialização se apoderou do centro da produção econômica, a partir do final do século XVIII, é que a estrutura da sociedade ocidental possibilitou as atividades artísticas de forma contínua, como atividades paradigmáticas interligadas às formas modernas de produção. A “verdadeira” cultura sempre foi crítica de seu tempo; ao mesmo tempo, não por acaso, ela sempre foi

instrumento de hegemonia para os vetores da classe dominante. E apesar de tudo, a Arte pode ter consciência de seu papel crítico e revelador, na medida em que ela não está (e não deveria estar!) direta e completamente submetida à subsunção real (formalmente, talvez?!) do trabalho sob o comando da gestão produtiva de mercadorias (particionada e seriada) – a Arte se quer “livre”.

Agora, a estrutura produtiva transformou-se de tal forma que já não é possível absorver integralmente o tempo de trabalho para a fabricação de coisas-mercadorias, já não é possível prender as atividades humanas integralmente ao circuito das mercadorias; e se, portanto, os fazeres da ociosidade disruptiva, como as artes, são a crítica de seu tempo histórico, às margens do núcleo duro do poder-sobre (HOLLOWAY, 2001) de gestão industrial nos termos mercantis, a cultura pode absorver as novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores, assim o cremos, sempre mais para fora da indústria cultural dominante. De fato, o ofuscamento funciona mais intensamente para aquele que se encontra no centro, e se atenua quanto mais à margem se estiver.

Assim, encontramos em John Holloway (2011, 2022), na proposição dos encontros e práticas que provocam fissuras/rachaduras importantes no capitalismo, um conglomerado de ações disruptivas que visam alternativas de vivência, e luta contra o que nos desumaniza, de um lado ao largo do poder, das lutas pelo poder, e de outro, no seu conjunto, algo que pode ser, conseqüentemente, considerado do ponto de vista de “mudanças culturais gerais”¹⁰. Em seu recente livro, *Hope in Hopeless Times* (2022), Holloway reafirma os exemplos de ruptura e, ao colocar as esperanças nas fissuras/rachaduras no capitalismo, lembra que a “esperança” é, antes de tudo, mudanças em nosso pensamento que antes não eram possíveis serem pensadas:

Explosões de raiva que muitas vezes tornam-se explosões de alegria, intensidades de emoção que deixam uma marca profunda de Raiva – Esperança – Riqueza nas vidas das pessoas. Há uma transformação de compreensão, uma transformação de percepção, uma percepção de que somos, ou podemos ser, mais do que meros destinatários da mudança social, meros passageiros no comboio para

a destruição. Rupturas. Rupturas que rompem os limites da possibilidade, que rompem barreiras em nossa mente, que tornam possível pensar coisas que antes não eram pensáveis. (HOLLOWAY, 2022, p. 8-9. Trad. nossa).

Considerações finais

Desde a publicação de seu livro *Mudar O Mundo Sem Tomar o Poder* (Londres, 2002), John Holloway foi questionado quanto a ideia de que uma revolução social poderia ser proposta a partir da iniciativa espontânea dos indivíduos por atividades disruptivas anticapitalistas, subjetivas ou associativas, como as que acontecem cotidianamente em múltiplas frentes e oportunidades no “fluxo dos fazeres” (HOLLOWAY, 2011). Em um artigo famoso, *A Selva e a Polis: questões sobre a teoria política do zapatismo*, Atilio Boron (2003) exprime uma série de questões que podem ser tomadas por base de tais questionamentos.

O movimento popular antiestatal e anticapitalista a partir da experiência de Chiapas, zapatista, que John Holloway interpretou e inseriu no pensamento marxista como possibilidade revolucionária, reintroduziu, primeiramente, o problema dos sujeitos e do conflito social na academia pós-modernista, pós-marxista e individualista metodológico, rompendo com a “virada linguística” (BORON, 2003) e reafirmando a centralidade dos movimentos populares na agenda das ciências sociais. Todavia, é de salientar que movimentos populares podem ser ressignificados, abertos ou ampliados em muitas frentes e/ou muitos aspectos no fluxo dos fazeres dos indivíduos resilientes. Tais movimentos sociais não se confundem, entretanto, com a luta de classes do tipo leninismo. Fora isto, é possível pensar no “primeiro” Holloway (2003) como defensor de lutas de todas as formas, inclusive de guerrilha, ou revolução de massas estruturada, bem como os movimentos populares inclusivos e disruptivos por outras vias, autonomistas, cooperativistas. Contudo, se por um lado existe a resistência ao autonomismo e separatismo por parte de disciplinas das Ciências Sociais, não é menos verdade que permanece o pendor pela ortodoxia, um tipo de fetichização no campo da esquerda, tão limitador como o positivismo e o estruturalismo de centro-direita.

Boron (2003) aponta a complexidade e a dubiedade no uso de categorias como “sociedade civil” e “democracia para todos” pelo zapatismo¹¹. Na tradição marxista, sociedade civil refere-se à anatomia das classes sociais na economia política; seu esvaziamento atual tende a diluir o antagonismo capital-trabalho e serve às ideologias neoliberais. No entanto, o que está no presente não é um esvaziamento qualquer, mas a dispensa da mão de obra provocada pelo estágio mais avançado do desenvolvimento tecnocientífico no capitalismo. A rigor, não se pode falar da centralidade capital-trabalho como se verificava nos séculos XIX e XX, pois, dado o desenvolvimento do capitalismo, além daquela relação antagônica, existem muitas outras bipolaridades “em luta” - claro, a importância da relação capital-trabalho não acaba, mas é necessário “ir ao encontro” de outros antagonismos frente ao capital, como racismo, sexismo, machismo, patriarcado, poder, o que possibilita pensar-se em uma luta de classes ampliada.

Afirma-se, com razão, que a noção liberal de “democracia” como mero procedimento eleitoral ignora sua dimensão de “ditadura de classe”, na qual maiorias subordinam sua revolução em troca de direitos formais não proletária. Sem dúvida, quem faz isso está sob efeito da hegemonia burguesa (a “ditadura de classe” (burguesa)) - por isso mesmo Holloway não apregoa uma “democracia do voto”, mas ações autonomistas separadas dos aparelhos ideológicos de Estado. Sem dúvida, superar a sociedade de classes *apenas* com apelos genéricos à democracia universal ou à sociedade civil perdem eficácia e podem ser apropriados para reforçar o *status quo*. Na proposta zapatista e no pensamento de Holloway, pode-se dizer que a superação da sociedade de classes se dá pelas ações do poder-fazer cotidianas (outras bipolaridades) além do poder-sobre – neste caso, portanto, não se é contra superar a sociedade de classes, mas se discute a forma leninista e questiona o centralismo burocrático.

Neste artigo acrescentou-se a ideia da potencialidade da teoria hollowaydiana através do “afastamento compulsório” dos indivíduos das formas do capital, da forma mercadoria. A democracia a que se refere Holloway e praticada pelo movimento zapatista de Chiapas, refere-se ao espaço necessário para estabelecer as novas formas de agir e as novas atividades coletivas colaborativas – isto não seria

possível em uma ditadura! Mas não se vai ao encontro de qualquer forma liberal burguesa de Estado. Por outro lado, é evidente que as atividades anticapitalistas alhures, subjetivas, não se limitam à clandestinidade ou organização estabilizada nas formas de reprodução do capital, mas se estendem explicitamente nos movimentos populares, por direitos, por representatividade, nas ruas – tais afrontamentos não seriam possíveis em autocracias estatais, burocracias de poder, sob máxima vigilância e violência sobre a sociedade civil.

*

Por muito tempo temos negligenciado à esquerda uma revolução cognitiva do poder-fazer cultural e artístico, no sentido da intransponibilidade da idealização criativa humana, mas que mesmo submetida à hegemonia do capital se mostra capaz de resistir em sua praticidade incontornável, por exemplo, na educação (inclusive na relação com os oprimidos) e nas artes populares (também nas artes-educação). Pelo fato da política e do jurídico serem as formas próprias para o domínio da classe burguesa e o regime de acumulação, perde-se, muitas vezes, e nos momentos mais críticos, o espectro de possibilidades de luta por “fora do poder e além dele”. Ou seja, escolhemos o caminho mais direto e mais difícil, menos crítico (menos “negativo”, cf. ADORNO, 2009), mais facilmente detectado, controlado e contornado pelo capitalismo. Assim, deveríamos estender as manifestações de rua, as lutas por representatividade e as ecológicas, como uma parte importante da luta geral e unificar estes movimentos de “fissura” no *establishment*.

A “emancipação” do homem da organização do trabalho nos termos capitalistas de mercado leva a uma autopoieses, a um disruptivo/ criativo, que, a nosso ver, sempre esteve na obra de Marx. Conforme Marx e Engels (2007, p. 38):

[...] ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico.

Se as pessoas hoje estão recusando o trabalho nos moldes em que ele se apresenta explorador de sua força de trabalho, e repressor de sua criatividade, isso se deve em grande medida ao desenvolvimento técnico-científico do presente histórico. Ao mesmo tempo, milhões de indivíduos sofrem com a falta de renda, morrem de fome, de doenças, de guerras, morrem da insensatez e descaso dos governantes. O grande paradoxo de nosso tempo é que nunca a humanidade experimentou tanto desenvolvimento técnico e riqueza, e tanta concentração de renda e pobreza. Tal contradição, contudo, haverá dialeticamente de ser superada: as pessoas mais pobres não podem consumir tudo o que as sociedades mercantis produzem – superprodução e concentração de renda são incompatíveis e contraditórias (LAFARGUE, 1999 [1880]).

Após a constatação de que a expansão dos mercados se exauriu, que não pode se expandir na forma simples colonial, a solução, por enquanto, tem sido o crédito e a emissão de moeda corrente, com prejuízo do equilíbrio das economias capitalistas. Os papéis creditícios geram uma especulação em cascata absolutamente fictícia do valor, e distribuem ganhos de juros fora da economia real, pressupondo que o crédito financiado será (ou não!) pago pelos tomadores de empréstimos. Essas “bolhas” que aumentam a liquidez e a base monetária (ou dinheiro em circulação) alimentam, fora da realidade econômica produtiva, o consumo e os investimentos. Até quando, ninguém sabe.

Assim, a distribuição de renda social é mais do que viável, é uma necessidade premente para a humanidade. A “desalienação” do homem do trabalho sob a égide do capital é a recuperação da humanidade ao Ser. O Socialismo, e a fase ulterior para os modos de produção históricos, o Comunismo, não são apenas uma teoria científica da economia política; eles representam uma racionalidade de “bem-viver” para todos.

*** José Manuel de Sacadura Rocha** é Pós-doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo. Doutor em Educação, Arte e História da Cultura (Universidade Presbiteriana Mackenzie). Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais (PUC/SP). É mestre em Administração de Serviços (Ibero-Americana). Pós-Graduação em Meios Compositivos de Conflitos (ADR) - Mediação, Conciliação e Negociação (AASP). Especialista em Sistemas de Informação (Mauá de Tecnologia). Especialista em Marketing (ESPM). É Professor Universitário de Ciências Sociais e Humanas. Parecerista e Avaliador de diversos periódicos científicos. Membro Consultor da Comissão do Acadêmico de Direito - OAB/ SP. Membro do Grupo de Pesquisa Teorias do Autoritarismo - GPTA (USP).

Contato: prof.sacadura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8001377940007556>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2610-8066>

Site: <https://profsacadura.blogspot.com>

Artigo recebido em: 10/09/2024

Aprovado em: 24/10/2025

Como citar este texto: ROCHA, José Manuel de Sacadura. A produção social do ócio disruptivo/ criativo: uma introdução marxista às teses de John Holloway. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 02, e1127615, 2025.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

BORON, Atilio A. A selva e a pólis. Interrogações em torno da teoria política do zapatismo. In: BORON, Atilio A. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

HEINRICH, Michael. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx's Studies in the 1870s. **Monthlyreview.org**, p. 1-18, 2013. Disponível em: <https://www.printfriendly.com/p/g/eMCEVg>

HOLLOWAY, John. **Agrietar el capitalismo**: El hacer contra el trabajo. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2011.

_____. As fissuras e a crise do trabalho abstrato. **Revista direito e práxis**, v. 12, n. 01, p. 687-706, 2021.

_____. Autonomismo positivo y negativo. In: HOLLOWAY, John; PONCE, Fernando Matamoros; VISQUERRA, Sergio Tischler (Org.), **Negatividad y revolución**: Theodor W. Adorno y la política. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2007.

_____. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

_____. **Hope in hopeless times**. Londres: Pluto Press, 2022.

_____. Life against Money. **Network for an Alternative Quest**, 09 de abril 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ZPRNukVsCk>. Acesso em: 01/10/2023.

INFORME FRAYBA. **Chiapas, un desastre**. Entre la violencia criminal y la complicidad del Estado. Chiapas: Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas, 2023.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte**. São Paulo: Hedra, 2013.

_____. **El Absurdo Mercado De Los Hombres Sin Cualidades**. Logroño: Pepitas de Calabaza, 2009.

_____. **Sic Transit Gloria Artis**: O “Fim da Arte” segundo Theodor W. Adorno e Guy Debord. Almada: Editorial Centelha Viva, s/d.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Ucitec, 1999.

LAPYDA, Ilan. **Introdução à financeirização**: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo. São Paulo: CEFA Editorial, 2023.

MARCOS, Subcomandante. **Carta ao Festival de la Digna Rabia**. México, San Cristóbal de las Casas, 3 de janeiro de 2009. Texto disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2009/01/04/index.php?section=politica&article=007n3pol>

MARX, Karl. **Grundrisse**: para a crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; 2011.

_____. Manuscritos Econômico-filosóficos (1844). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História**. (Grandes Cientistas Sociais, n. 36). São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O Capital**. Livro III. Tomo I. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2014.

Notas

¹ O capital fixo é parte do capital constante e a força de trabalho é parte do capital variável – mas na somatória da composição orgânica do capital na indústria, é pelo capital fixo (máquinas, tecnologias) que se dá a incidência de maior impacto na nova formulação para o capital, isto é, o investimento em tecnociências aplicadas, como máquinas automáticas, robôs ou algoritmos, em detrimento da dispensa de força de trabalho. Neste último estágio do modo de produção capitalista, o conhecimento social geral entra na indústria como capital fixo e destrói o “ato” de fazer do trabalhador, mas ao mesmo tempo, é a última barreira do capital que se socializou para a produção material e será continuamente socializado tão logo se ultrapasse o capitalismo.

² “Fortalece la política militarista, en el sentido de que esta garantiza la seguridad nacional y las libertades democráticas, por lo que hay un cambio de percepción y acción de varios grupos de “izquierda”; pues antes había una resistencia a esta política en el país tanto en el ámbito nacional, como estatal. Ahora no.” (Chiapas, un desastre. Entre la violencia criminal y la complicidad del Estado. Informe Frayba Jobel, marzo, 2023.).

³ A propósito do enlace entre o mundo do trabalho e o dinheiro, e o agir em função de realizações para uma vida autônoma melhor, veja-se John Holloway: *Life against Money*, 09 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ZPRNukVsCk>

⁴ Para Marx, o “exército industrial de reserva” ou o “*lumpenproletariat*” (MARX & ENGELS, *A Ideologia Alemã* [1845-1846], 2007) são de existência vital para a dinâmica do modo de produção capitalista, portanto, o “pleno emprego”, ou a redução dos índices de desemprego, sempre foi uma falácia da classe burguesa e um ideal mais ou menos “desconectado” encampado pela organização

das lutas dos trabalhadores. A luta deveria ser pelo “fim do trabalho”, pelo “fim” da venda da força de trabalho dos trabalhadores aos capitalistas, como em Paul Lafargue (*O Direito à Preguiça* [1880-1883], 1999).

⁵ Na fórmula “*c*” é capital constante (capital fixo: máquinas, tecnologias), e “*v*” capital variável (mão de obra: força de trabalho, trabalhadores).

⁶ A propósito veja-se a publicação de Ilan Lapyda, “*Introdução à financeirização*: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo” (Ilan Lapyda/CEFA Editorial, 2023).

⁷ É conhecida a extensa comparação de Marx, n’O Capital, sobre a “abelha” e o “engenheiro” (MARX, 2015, p. 255-256). Mas muito antes disso, nos escritos de 1844, Marx escrevia: “Portanto, é precisamente ao trabalhar o mundo objetivo que o homem primeiro se prova de maneira efetiva como um *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela a natureza aparece como *sua obra* e a sua realidade efetiva. O objeto do trabalho é portanto *a objetivação da vida genérica do homem*: ao se duplicar não só intelectualmente tal como na consciência, mas operativa, efetivamente e portanto ao se intuir a si mesmo num mundo criado por ele. Por conseguinte, ao arrancar do homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado lhe arranca a sua *vida genérica*, a sua objetividade genérica efetivamente real e transforma a sua vantagem ante o animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza.” (Excerto da parte final do primeiro dos “Manuscritos económico-filosóficos” (1844). In Florestan Fernandes (org.), Marx; Engels: História. Tradução de Viktor von Ehrenreich. São Paulo, Editora Ática, 1983, p. 157).

⁸ Para o zapatismo, a luta armada, por exemplo, não é desejada, mas é contextual e se insere no movimento de libertação e autonomia dos povos quando necessária: “[...] as consequências práticas de qualquer ação em articular sempre dependeram do contexto.” (Holloway, 2011, p. 61). O Subcomandante Marcos em uma carta no *Festival de la Digna Rabia*, de 3 de janeiro de 2009, diz: “Cada lucha, cada movimiento, en sus muy particulares geografías y calendarios, debe recurrir a diversas formas de lucha. No es la única y probablemente no sea la mejor, pero la violencia es una de ellas. Es un gesto bello el enfrentar con flores los cañones de los fusiles, vaya, hasta hay fotos eternizando el acto. Pero a veces es necesario hacer que esos fusiles cambien de objetivo y se dirijan hacia arriba”. Texto disponível em:

<https://www.jornada.com.mx/2009/01/04/index.php?section=politica&article=007n3pol>

⁹ Sobre o tema se explanou em: “O marxismo de John Holloway” (Periódico *A Terra é Redonda*, 06 de agosto de 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-marxismo-de-john-holloway>).

¹⁰ “1968 mudou a visão de toda uma geração, e houve tantas ondas diferentes de revolta desde então: Argentina em 2001/2002, Oaxaca em 2006, a Grécia em Dezembro de 2008, toda a vaga do Occupy e Primavera Árabe e Indignados em muitas partes do mundo em 2011, os movimentos de mulheres na Argentina, no Chile e no México, com o grande M8 pouco antes de o mundo ser fechado devido ao surto da pandemia, os Coletes Amarelos na França, os Zapatistas em Chiapas, onda após onda desde 1994, o ano de conflito criativo de 2019 em Hong Kong e no Chile, lutas profundas no Curdistão. Todos nós podemos pensar em lugares e datas diferentes de acordo com nossas próprias experiências.”. (HOLLOWAY, 2022, p. 8-9. Trad. nossa).

¹¹ Marx (2007) usou a expressão “sociedade civil”, como no exemplo a seguir: “A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a *sociedade civil*; esta, como se deduz do que foi dito acima, tem por pressuposto e fundamento a família simples e a família composta, a assim chamada tribo, cujas determinações mais precisas foram expostas anteriormente. Aqui já se mostra que essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados.” (MARX, 2007, p.39).